

# DECLARAÇÃO POLÍTICA DA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

**T**endo em vista determinar a posição do Partido Comunista Português, sobre as duas candidaturas que se vão apresentar à candidatura salazarista nas eleições para a Presidência da República do próximo dia 8 de Junho, o Comité Central do Partido analisou aspectos importantes da situação política nacional.

Da análise da actual correlação de forças no nosso país e tendo como base a defesa de uma política flexível de Unidade e de Acção, que contemple as mais largas camadas da população, o Comité Central concluiu que é possível, durante a campanha eleitoral, conquistar liberdades até hoje não alcançadas.

1—Um reduzido grupo de monopólios nacionais e estrangeiros domina os sectores fundamentais da economia do País.

Em virtude disso o aproveitamento dos recursos nacionais e o desenvolvimento económico estão entrevados. Ramos principais da indústria nacional, como indústria têxtil, da cortiça e das conservas, debatem-se numa crise crescente. O mesmo sucede com a lavoura e o comércio. A par da carestia da vida, aumenta o desemprego, a miséria das classes trabalhadoras, a ruína da pequena e média burguesia e os interesses de própria burguesia nacional são atingidos. Actualmente Portugal tem, em relação à Europa, a mais baixa captação do Rendimento Nacional. Por outro lado, o aumento que houve nos últimos anos no Rendimento Nacional foi distribuído de modo que os monopólios arrecadaram maior parte enquanto diminuiu a parte que as classes trabalhadoras recebiam.

Por exemplo, segundo os números das estatísticas, o salário médio dos trabalhadores agrícolas diminuiu 3% entre 1947 e 1955. Mas a SACOR leva de lucros líquidos confessados, em 1957, mais de 98 mil contos e os corpos gerentes da Companhia dos Diamantes de Angola receberam no ano de 1955, só de honorários, mais de 11 mil contos.

2—O governo salazarista o representante o defensor dos monopólios.

Para levar por diante os seus políticos contrária à vontade da Nação, o governo recorre a uma ampla demagogia de que são últimos exemplos as *"Romagens"* e *"Salazar, as constantes vigas do seu minto"* e a propaganda do 1.º Plano de Fomento que não responde, de modo algum, à presente necessidade do desenvolvimento económico do nosso país.

O governo recorre igualmente à repressão usando para isso desde as pressões subitas e ameaças até às torturas e às pesadas condenações sem qualquer base jurídica.

É igualmente característica da política salazarista impedir o desenvolvimento cultural do nosso povo, utilizando para isso a Censura, um ensino degradado, a falta de liberdade de criação artística, etc.

A submissão aos monopólios estrangeiros, o enfraquecimento económico, político e militar da Nação em relação aos imperialistas, e, em particular, aos Estados Unidos, tornou o governo do Salazar um governo anti-nacional. 30% do orçamento nacional são gastos em despesas de guerra e de repressão; Portugal não tem condições de se transformar num depósito de armas atómicas.

2—É a política salazarista a causa do atraso nacional.

Os interesses do proletariado, da pequena e da média burguesia, estão em oposição com o salazarismo.

Os interesses dum peto importante da burguesia nacional chocam-se também com a política do governo.

Os interesses do povo opõem-se à política monopolista do governo e ao enfraquecimento ao imperialismo americano.

Do próprio aparelho do Estado, no funcionalismo público nos serviços públicos e entre as forças armadas crescem as críticas a protestos.

Tudo isto determina uma constante moderação.

ficação na correlação de forças a favor das que se opõem ao salazarismo. Esta modificação na correlação de forças do país, em detrimento das forças salazaristas, é a consequência dos salazaristas. As dissidências entre estes acentuam-se e aumentam as suas dificuldades.

Os meios daqueles que ainda há pouco não hostilizavam o governo, antes o apoiavam, desejam agora uma mudança de governo.

As mais vastas camadas de população anseiam uma mudança de regime que assegure o progresso económico do país, um político independente e de paz e o restabelecimento das liberdades democráticas.

3—Na base da actual correlação de forças, conforme concluiu o V Congresso do Partido, existe a possibilidade dum mudança de regime de governo por meios pacíficos. Será a mais larga acção das massas e a activa participação das classes trabalhadoras na luta por reivindicações económicas, sociais e políticas, que conduzirá ao alargamento da unidade das forças anti-salazaristas e tornará possível a solução pacífica do problema político português.

Entretanto o Partido não hostilizará, antes apoiará iniciativas de oposição que tenham em opinião que contribuem para uma mudança do regime e do governo e empregará todos os seus esforços para, por meio da acção das massas, consolidar tais mudanças num sentido democrático.

4—A campanha eleitoral que se está vindo abrir largas possibilidades à acção das massas.

O Partido sempre defendeu a participação das massas nas lutas eleitorais e desde Maio de 1956, a mais que a Classe operária participar nos actos eleitorais e ir até às urnas, lutando continuamente por condições de honestidade do voto.

A posição democrática decidiu apresentar a candidatura do Sr. Eng.ª Cunha Leal. Porque ela corresponde à actual correlação de forças, abriu o caminho para uma ampla unidade das forças anti-salazaristas. Em pouco tempo o movimento atingiu largos horizontes e certas correntes anti-salazaristas de cabalísticos, monárquicos, etc., dispuseram-se a apoiar-lo. Tudo isto provocou o alarme nas fileiras salazaristas.

Apesar das divergências existentes entre nós e o Sr. Eng.ª Cunha Leal, o Partido apoiou a sua candidatura nortado pela orientação de se apresentar um único candidato da oposição democrática e anti-salazarista que facilitasse a mais ampla unidade.

Após a desistência do Sr. Eng.ª Cunha Leal foi indicado para candidato, por uma Assembleia de Delegados, em 20 de Abril, o Sr. Dr. Arlindo Vicente.

Além desta candidatura um grupo de democratas do Porto defendeu e apresentou a candidatura do Sr. general Humberto Delgado.

Os princípios que informavam o movimento da oposição que apoiou a candidatura do Sr. Eng.ª Cunha Leal, aprovados na Assembleia de Delegados de 22 e 23 de Março eram:

—Unidade de toda a Oposição através de Comissões eleitorais organizadas sem desagração.

—Participação activa e consequente até à boca das urnas.

—Defesa de um programa democrático do governo que una à sua volta toda a oposição.

As bases orientadoras do programa da candidatura incluíam a elevação do nível de vida do povo, a defesa da economia nacional e o combate à política monopolista do governo, uma política independente e de boas relações entre os povos, o restabelecimento das liberdades democráticas e uma ampla política social.

O Partido Comunista considera que estes princípios e objectivos, que informam igualmente a candidatura do Sr. Dr. Arlindo Vicente, são os que correspondem às aspira-

ções das mais largas camadas da população, de classe e operária à burguesia nacional. Por isso o Partido manifesta a sua concordância com esta candidatura.

5—O salazarismo é o inimigo comum das forças democráticas e das candidaturas, a do Sr. Dr. Arlindo Vicente e a do Sr. general Humberto Delgado, que se apresentam em oposição ao candidato fascista.

As acções de oposição, que existem nos movimentos das duas candidaturas podem ser a base de acordos e acções comuns. Acções para a conquista das liberdades democráticas, pela promulgação dum amnistia e contra a repressão, bem como acções por condições eleitorais honestas (consulta dos cadernos eleitorais, igualdade na propaganda, fiscalização do acto eleitoral, etc.), podem unir todos os anti-salazaristas.

Tais acções de massas podem, durante o período eleitoral, arrancar ao fascismo a satisfação de importantes reivindicações que interessam a todo o nosso povo.

6—As liberdades que se vierem a alcançar no decorrer desta campanha eleitoral, só poderão ser mantidas e alargadas se o movimento eleitoral tiver continuidade para além dos eleições.

A continuidade deste movimento é fundamental para o desenvolvimento de outras acções pela democracia, nomeadamente para a eleição das juntas de freguesia em que os cidadãos terão um papel decisivo na acção e na mobilização das massas.

7—Para o alargamento da luta contra o salazarismo e para a sua continuidade é de fundamental importância intensificar as acções pelas reivindicações económicas.

As classes trabalhadoras da cidade e do campo, têm um papel decisivo a desenvolver nas empresas, nos sindicatos, nas Casas do Povo, nas Praças de Jorna, na luta por liberdades democráticas e direitos sindicais, por aumento de salários, contra o desemprego, a carestia da vida e a organização corporativa, só assim poderão fazer frente aos seus interesses próprios.

8—O Partido Comunista Português considera que, para se alcançar a solução do problema político nacional no sentido democrático, é absolutamente necessário o alargamento do movimento de unidade anti-salazarista.

Por isso, o Partido Comunista procura que se entre aberra e acção popular, bem como o entendimento entre os vários sectores de opinião para se desenvolverem acções comuns.

Para contrariar a unidade e a luta do povo português, o salazarismo recorre às mais variadas manobras. A campanha anti-comunista de calúnias, repressão e terror tem esse objectivo.

Para os salazaristas todos os que lutam e trabalham pela libertação nacional são comunistas ou acusados de colaborar com eles.

A acção dos comunistas, tal como a das outras forças anti-salazaristas consequente, e nortada pela defesa dos interesses nacionais e pela fidelidade à Pátria e ao povo.

O Partido Comunista inspira e sua acção na defesa dos interesses económicos e políticos da massa operária e do povo. O Comité Central do Partido Comunista Português alerta todos os portugueses que os menobres e calúnias a que o salazarismo irá recorrer nos meses seguintes, não exorta-os a prosseguirem infatigavelmente na luta por um Portugal livre e independente onde o povo português possa ser o senhor dos seus destinos.